

**giz**



# **Elaboração do Regulamento do Selo de Eletricidade Solar**

## **Relatório**

**Setembro de 2011**

<b>Programa:</b>	Programm Eneuerbare Energien und Energieeffizienz
<b>Nº do Projeto:</b>	2007.2189.4-001.00
<b>Implementado por:</b>	Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH
<b>Autor:</b>	Fabio Teivelis

#### Informações Legais

1. Todas as indicações, dados e resultados deste relatório foram compilados e cuidadosamente revisados pelo(s) autor(es). No entanto, erros com relação ao conteúdo não podem ser evitados. Consequentemente, nem a GIZ ou o(s) autor(es) podem ser responsabilizados por qualquer reivindicação, perda ou prejuízo direto ou indireto resultante do uso ou confiança depositada sobre as informações contidas neste relatório, ou direta ou indiretamente resultante dos erros, imprecisões ou omissões de informações neste relatório.

2. A duplicação ou reprodução de todo ou partes do estudo (incluindo a transferência de dados para sistemas de armazenamento de mídia) e distribuição para fins não comerciais é permitida, desde que a GIZ seja citada como fonte da informação. Para outros usos comerciais, incluindo duplicação, reprodução ou distribuição de todo ou partes deste estudo, é necessário o consentimento escrito da GIZ.

## **Conteúdo**

	<b>Página</b>
<b>1. Introdução</b>	<b>4</b>
<b>2. Concepção e Viabilização do Selo Solar</b>	<b>5</b>
<b>3. Comentários Finais</b>	<b>5</b>
<b>Anexo: Diretrizes para Obtenção do Selo Solar</b>	<b>7</b>

## 1. INTRODUÇÃO

O presente Relatório registra a consolidação do processo de concepção e viabilização do Selo Solar, marco de incentivo ao emprego da energia fotovoltaica no Brasil criado pelo Instituto para o Desenvolvimento de Energias Alternativas para a América Latina (Instituto Ideal).

Esse processo foi apoiado de forma expressiva pela GIZ no âmbito do *Programa Energias Renováveis e Eficiência Energética*, culminando com a elaboração do regulamento do Selo de Eletricidade Solar. Para tal, foram desenvolvidos estudos e avaliações diversos, textos orientativos e material gráfico ilustrativo em prol do estímulo ao uso generalizado da energia renovável especificamente de fonte solar, constituindo relevante acervo técnico e conceitual. Ainda neste contexto foram realizadas pela GIZ e Instituto Ideal apresentações em diversos fóruns técnicos especializados para difusão do conceito e do produto *Selo Solar*.

Três aspectos foram considerados como fundamentos do processo de concepção e viabilização do Selo Solar:

- O consumo de eletricidade produzida a partir do sol deve ser visto como atitude inovadora a ser tomada pelas empresas no Brasil, em um investimento que visa incentivar o crescimento desta opção alternativa de geração energética;
- A empresa consumidora de energia fotovoltaica pode e deve perceber o uso Selo Solar como ferramenta para ampliar seu ganho de imagem perante o consumidor;
- O consumidor deve ser conscientizado quanto às vantagens de utilizar energias de fontes renováveis, especificamente a fotovoltaica, levando-o a identificar e valorizar a(s) empresa(s) que compre(m) e utilize(m) essa energia e, por decorrência, os artigos que elas produzam.

Cabe esclarecer que a conceituação do Selo Solar como marca registrada ou garantia está ligada à utilização da energia produzida por todas as tecnologias solares fotovoltaicas e outras formas de conversão de energia solar em eletricidade.

Um fator que enfatiza a necessidade de intensificar as iniciativas de esclarecimento à população, consumidora final de energia é a forma equivocada com que são percebidas as funcionalidades dessa energia, pois ao confundir *aquecimento solar* com *eletricidade solar*, o consumidor poderá entender, erroneamente, que a energia fotovoltaica (interpretada apenas como equivalente ao aquecimento solar) não é um fato novo no Brasil. Esta confusão, se não esclarecida, poderá se tornar um obstáculo ao apoio da população às empresas que pretendam utilizar esta energia.

No tocante às empresas consumidoras de energia, que podem optar pelo tipo de energia utilizada bem como pelo fornecedor da mesma, as fontes de energia alternativa são percebidas como opções capazes de alavancar os negócios, mas ainda ocupam espaço limitado nas respectivas matrizes energéticas. O (ainda) alto custo é considerado o maior entrave à disseminação dessas fontes de energia, seguido pela falta de disponibilidade e de fácil acesso às mesmas, enquanto a busca por maior eficiência energética se constitui na principal motivação para utilizar as fontes de energias alternativas.

## 2. CONCEPÇÃO E VIABILIZAÇÃO DO SELO SOLAR

O processo de concepção e viabilização do Selo Solar, e de consolidação do respectivo regulamento, incluiu a elaboração dos seguintes documentos:

- Pelo Instituto Ideal:
  - Proposta Inicial do Selo Solar
  - Apoio em projetos de Geração Distribuída (GD) - Parte 2 - Apoio na Elaboração das Regras da Campanha Selo Solar
  - Descrição do Selo Solar
  - Diretrizes para Obtenção do Selo Solar e seus Anexos: 1 - Manual de Uso da Marca Selo Solar, 2 - Declaração de Anuência com as Diretrizes, e 3 - Solicitação do Selo Solar
- Pela GIZ / Market Analysis / Instituto Ideal:
  - Avaliação do Selo de Energia Solar Fotovoltaica - Relatório Qualitativo
  - Avaliação do Selo de Energia Solar Fotovoltaica - Relatório Quantitativo

A cooperação da GIZ se estendeu ainda à revisão final do regulamento (*Diretrizes*), no sentido de:

- Enfatizar as ações do Instituto Ideal na realização de eventos ligados à divulgação e promoção das fontes alternativas de energia no Brasil e na América Latina;
- Tornar mais objetivos os critérios para enquadramento de solicitantes do Selo Solar;
- Introduzir provisão para atender a solicitantes do Selo Solar com diversas unidades consumidoras que se enquadrem em diferentes subgrupos tarifários, conforme definição constante na Resolução Normativa ANEEL N° 414, de 09/09/2010;
- Simplificar os procedimentos relativos ao monitoramento anual a ser realizado após a concessão do Selo Solar;
- Simplificar a documentação solicitada para obtenção do Selo Solar;
- Introduzir na relação de documentos solicitados para a obtenção do Selo Solar a indicação de um website para acompanhamento da produção da usina geradora da eletricidade solar adquirida (no caso de consumidor), e de um website para acompanhamento da produção da usina geradora de eletricidade solar (no caso de autoprodutor);
- Introduzir um item sobre sanções e penalidades a serem aplicadas ao portador do Selo Solar caso este deixe de respeitar as condições estipuladas nas *Diretrizes*.

O texto final das *Diretrizes* é apresentado no Anexo deste Relatório.

## 3. COMENTÁRIOS FINAIS

Durante a elaboração do regulamento do Selo Solar e tendo como foco o acompanhamento do uso da energia contratada por consumidor que obteve o Selo Solar, foi avaliada a questão do cumprimento do contrato de modo geral e, especificamente, na hipótese de a energia contratada não ser produzida.

A questão de viabilizar o acompanhamento rotineiro do fornecimento da energia contratada foi, em princípio, equacionada com a inclusão, na relação de documentos necessários para obtenção do Selo Solar informados nas *Diretrizes*, da indicação de um website pelo solicitante

para acompanhamento da produção da usina geradora da eletricidade solar, onde serão disponibilizados os dados fornecidos *online* pelo inversor.

Na segunda questão, considerando as necessidades ou compromissos desse consumidor hipotético, ele, ao não receber toda a energia fotovoltaica contratada, poderia liquidar a diferença comprando energia de outra(s) fonte(s), sem compromisso de que a energia de fonte solar representasse um percentual pré-estabelecido em sua matriz energética. Caso tal situação se alongasse ou tornasse repetitiva, o consumidor poderia se tornar conceitualmente inadimplente, passível de perder o direito ao uso do Selo Solar por não estar respeitando as condições estipuladas nas *Diretrizes*.

A questão central parece ser, então, decidir se seria razoável impor sanções ou penalidades ao consumidor por uma situação (inadimplência) não de sua responsabilidade; e decidir, ainda, se seria viável o contrato de fornecimento incluir garantias de que a energia suprida viria sempre de fonte renovável, ou seja, em caso de falha na geração principal (fotovoltaica), o fornecimento contratado seria complementado por energia de fonte eólica, por exemplo.

Havendo um contrato de fornecimento, com direitos e obrigações das partes, com monitoramento da energia gerada e da consumida, tal consumidor só deveria ser punido se, intencionalmente, deixasse de consumir a energia contratada e normalmente disponibilizada.

Esta questão permanece sob análise da GIZ e do Instituto Ideal.

## **Anexo**

### **Diretrizes para Obtenção do Selo Solar**

# Diretrizes para obtenção do Selo Solar



Outorgado por



Agosto de 2011

## Índice

1. Contextualização .....	10
2. Objetivo .....	10
3. Público-Alvo .....	10
4. Entidade promotora.....	11
5. Abrangência do Selo Solar .....	11
6. Critérios para enquadramento de solicitantes do Selo Solar .....	11
7. Solicitantes com diversas unidades consumidoras .....	11
8. Procedimento de obtenção do Selo Solar .....	12
9. Documentos solicitados para a obtenção do Selo Solar .....	12
10. Período de utilização do Selo Solar .....	13
11. Formas de aplicação do Selo Solar .....	13
12. Uso do Selo Solar por comercializadoras .....	13
13. Sanções e Penalidades.....	13
14. Revisão das diretrizes .....	14
Anexo 1 – Manual de Uso da Marca Selo Solar .....	14
Anexo 2 – Declaração de anuência com as Diretrizes .....	14
Anexo 3 – Solicitação do Selo Solar .....	14

## 1. Contextualização

Com a maior parte do seu território situado na zona tropical, o Brasil é um dos países com maior incidência de irradiação solar do mundo. Segundo o Atlas de Irradiação Solar do Brasil, diariamente incide entre 4,5 kWh/m<sup>2</sup> a 6,3 kWh/m<sup>2</sup> no país. Isto significa que o lugar mais ensolarado da Alemanha, um dos líderes mundiais no mercado fotovoltaico, recebe 40% menos radiação solar que o lugar menos ensolarado do Brasil.

Apesar destas condições favoráveis, este potencial ainda é subaproveitado. O uso de energia solar não foi considerado, por exemplo, no Plano Nacional de Energia 2030 e somente em 2011 começaram a ser instalados os primeiros projetos de maior porte no país.

Devido ao baixo emprego da tecnologia fotovoltaica conectada à rede para a geração de eletricidade no Brasil, para a grande maioria da população, energia solar é sinônimo de aquecimento de água. A possibilidade de obter eletricidade a partir do sol ainda é pouco conhecida e poucos estão familiarizados com o termo ‘fotovoltaica’.

Por outro lado, a crescente preocupação com as questões socioambientais tem aumentado a pressão sobre as empresas para que reduzam os impactos de suas atividades. Utilizar a energia solar para a obtenção de eletricidade é uma forma de reduzir as emissões de gases do efeito estufa e, em muitos casos, outros impactos ambientais ligados à construção de empreendimentos energéticos.

O custo da tecnologia fotovoltaica, contudo, ainda tende a ser visto como uma barreira para sua disseminação no país. Por esta razão, o Instituto para o Desenvolvimento de Energias Alternativas para a América Latina (Ideal) criou o Selo Solar, com o objetivo de incentivar o emprego da energia fotovoltaica no Brasil.

## 2. Objetivo

A fonte energética utilizada para a fabricação de um produto ou na iluminação de um escritório está escondida de nossos olhos. Olhando para um produto ou para o nome de uma empresa, o consumidor não faz ideia de onde vem a energia que ilumina os escritórios ou alimenta os maquinários da unidade fabril.

O Selo Solar foi criado justamente para dar forma a algo que não se vê – a eletricidade. Mas por que o consumidor precisa desta informação? Porque consumir eletricidade produzida a partir do sol é uma atitude inovadora tomada por poucas empresas no Brasil em um investimento que visa incentivar o crescimento desta opção alternativa de geração energética.

## 3. Público-Alvo

Poderão utilizar o Selo Solar:

- Consumidores Livres e Especiais;
- Autoprodutores;
- Comercializadoras.

#### 4. Entidade promotora

A entidade promotora do Selo Solar será o Instituto Ideal, que vem nos últimos quatro anos atuando de forma notadamente isenta e idônea na promoção de eventos ligados à divulgação e promoção das fontes alternativas de energia no Brasil e na América Latina. Exemplos de ações do Instituto são os concursos de monografias sobre energias renováveis e eficiência energética (com edições nacionais e internacionais), o programa América do Sol e a organização de workshops e seminários.

#### 5. Abrangência do Selo Solar

A conceituação do Selo Solar como marca registrada ou garantia está ligada à utilização da energia solar, o que abrange todas as tecnologias solares fotovoltaicas e outras formas de conversão de energia solar em eletricidade.

#### 6. Critérios para enquadramento de solicitantes do Selo Solar

##### 6.1. O solicitante deve ser:

- Consumidor livre ou especial, dentro do preconizado na legislação e regulação setorial, ou
- Autoprodutor.

##### 6.2. O solicitante, enquadrado na classificação de subgrupos tarifários conforme art. 2º da Resolução Normativa 414 da ANEEL, de 09 de setembro de 2010, deve consumir a quantidade mínima de eletricidade solar informada na tabela abaixo:

Subgrupo tarifário	Consumo mínimo anual em MWh
A1	1.000
A2	500
A3	200
A3a	150
A4	100

##### 6.3. Os solicitantes consumidores livres ou especiais deverão possuir um contrato de compra de eletricidade solar de no mínimo cinco anos.

#### 7. Solicitantes com diversas unidades consumidoras

No caso de solicitantes com diversas unidades consumidoras que se enquadrem em diferentes subgrupos tarifários, o Selo Solar será outorgado individualmente àquelas unidades consumidoras que efetivamente contratarem eletricidade solar conforme disposto no item 6.

## 8. Procedimento de obtenção do Selo Solar

- 8.1. **Contato inicial** – O solicitante encaminha a documentação citada no item 9 ao Instituto Ideal;
- 8.2. **Avaliação** – O Instituto Ideal faz a análise geral da documentação recebida;
- 8.3. **Adequação** - Após a análise inicial, caso seja identificada alguma não conformidade, caberá ao solicitante a adequação e re-envio da documentação atualizada;
- 8.4. **Concessão do Selo Solar** - Verificado o cumprimento das regras básicas descritas no item 6, o Instituto Ideal enviará o certificado de autorização de uso do Selo Solar ao solicitante. Juntamente com o certificado, será entregue um kit de apoio que contém o Manual de Uso da Marca Selo Solar, uma Cartilha Educativa sobre Eletricidade Solar e um guia de orientações na divulgação do Selo Solar;
- 8.5. **Divulgação** – Após a concessão, o Instituto Ideal publicará no website do Programa América do Sol – [www.americadosol.org](http://www.americadosol.org) o nome do portador do Selo Solar;
- 8.6. **Monitoramento anual** - Após a concessão do Selo Solar será realizado um monitoramento anual da operação para averiguar se o portador está respeitando as orientações de uso do Selo Solar. Nesta etapa, o portador deverá encaminhar ao Instituto Ideal um relatório com as peças publicitárias e ações de marketing nas quais tenha empregado o Selo Solar;
- 8.7. **Taxa Administrativa** – O portador pagará a taxa anual de administração no valor de R\$ 1.000,00, valor que inclui uma cópia do kit de apoio mencionado no item 8.4.

**Observação:** No caso de consumidores livres e especiais, qualquer mudança no contrato de compra de eletricidade solar deverá ser imediatamente comunicada ao Instituto Ideal.

## 9. Documentos solicitados para a obtenção do Selo Solar

### 9.1. No caso de consumidor:

- a. Contrato de compra de eletricidade solar;
- b. Documento que comprove o enquadramento tarifário;
- c. Website para acompanhamento de geração da usina geradora da eletricidade solar adquirida;
- d. Plano de divulgação / ações de marketing para o uso do Selo Solar.

### 9.2. No caso de autoprodutor:

- a. Registro do sistema gerador solar no Banco de Informações de Geração (BIG) da ANEEL;
- b. Documento que comprove o enquadramento tarifário;
- c. Website para acompanhamento de geração da usina de eletricidade solar;
- d. Plano de divulgação / ações de marketing para o uso do Selo Solar

## 10. Período de utilização do Selo Solar

O portador estará autorizado a utilizar o Selo Solar pelo período da vigência do contrato de compra de eletricidade solar, no caso dos consumidores, e pelo período de funcionamento comprovado do sistema gerador, no caso dos auto-produtores. Fica ressaltado que será necessário cumprir o monitoramento anual e fazer o pagamento da taxa administrativa no decorrer deste período, conforme descrito no item 8.

Com o encerramento do contrato de compra de eletricidade solar, o portador poderá solicitar a renovação do direito de uso mediante a apresentação de um novo contrato, devendo cumprir também as demais exigências constantes no item 6.

## 11. Formas de aplicação do Selo Solar

O portador poderá utilizar a imagem do Selo Solar em todos seus materiais de publicidade e marketing institucional.

O modelo do Selo Solar a ser utilizado pelo solicitante será encaminhado pelo Instituto Ideal junto com o certificado de autorização de uso e deve ser reproduzido em estrita observância ao Manual de Uso da Marca Selo Solar (Anexo 1).

Ficam expressamente vedadas quaisquer alterações quanto à forma e proporção do Selo Solar. As especificações cromáticas e uso em monocromia do Selo Solar, assim como aquelas sobre a dimensão mínima, área de proteção e aplicação de fundos encontram-se discriminados no Manual de Uso da Marca Selo Solar.

É expressamente vedada qualquer publicidade depreciativa, abusiva, falsa ou enganosa envolvendo o Selo Solar.

## 12. Uso do Selo Solar por comercializadoras

Comercializadoras poderão utilizar a imagem do Selo Solar para a publicidade da eletricidade solar que adquirirem para revenda. Neste caso, a comercializadora terá que deixar claro nas ações de marketing que:

- Trata-se de empresa comercializadora de eletricidade solar e **não** portadora do Selo Solar; e
- Seus clientes poderão obter direito ao uso do Selo Solar desde que sejam observados os requisitos contidos no item 6 deste documento.

## 13. Sanções e Penalidades

O portador do Selo Solar será notificado pelo Instituto Ideal quando não estiver respeitando as condições estipuladas nestas diretrizes. O mesmo deverá, dentro do prazo estabelecido na notificação, atender às condições exigidas.

Caso as condições estipuladas na notificação não sejam atendidas, o solicitante estará sujeito - a critério do Instituto Ideal – ao cancelamento ou suspensão por tempo determinado do uso do Selo Solar.

O cancelamento ou suspensão da autorização será confirmado pelo Instituto Ideal através de documento oficial, indicando os fundamentos para esta medida.

O cancelamento ou suspensão da autorização não isentará o portador do Selo Solar de ficar sujeito a outras medidas, inclusive no âmbito jurídico, dependendo da gravidade dos fatos.

Não haverá devolução da taxa administrativa em caso de cancelamento ou suspensão da autorização de uso do Selo Solar.

#### **14. Revisão das diretrizes**

- 14.1. As presentes diretrizes serão revistas em reuniões ordinárias anuais do Instituto Ideal.
- 14.2. Sugestões de alterações nestas diretrizes, visando propiciar o melhor cumprimento do seu objetivo, poderão ser encaminhadas ao Instituto Ideal pelo público em geral.
- 14.3. As sugestões recebidas serão reunidas e apreciadas durante a reunião ordinária anual do Instituto Ideal.
- 14.4. O texto revisado será disponibilizado no website do Programa América do Sol – [www.americadosol.org](http://www.americadosol.org) e encaminhado em meio digital aos portadores do Selo Solar.
- 14.5. Os portadores do Selo Solar deverão se adaptar às novas diretrizes no prazo de um ano a partir da publicação do texto revisado no website citado acima. Aqueles que não cumprirem esta determinação estarão sujeitos às sanções e penalidades estabelecidas no item 13.

#### **ANEXOS:**

**Anexo 1 – Manual de Uso da Marca Selo Solar**

**Anexo 2 – Declaração de Anuência com as Diretrizes**

**Anexo 3 – Solicitação do Selo Solar**

## **Anexo 1**

### **Manual de Uso da Marca Selo Solar**

# MANUAL DE USO DA MARCA SELO SOLAR

MANUAL

## ÍNDICE

- 01. Uso do Manual
- 02. Construção da marca
- 03. Área de proteção
- 04. Dimensão mínima
- 05. Especificações Cromáticas
- 06. Uso em monocromia
- 07. Tipografia
- 08. Orientações sobre aplicação de fundos
- 09. Guia "Not do do" usos incorretos

ÍNDICE



## 01. USO DO MANUAL

A consolidação de uma marca requer sempre o **uso correto** de todos os seus elementos. Graficamente isso significa ter elementos de identificação muito bem definidos e apresentados de forma padronizada, resultando em assimilação e fixação mais fáceis por parte do público alvo. Este manual foi desenvolvido para ser utilizado por todos que, de alguma forma, necessitem dos **parâmetros do uso da marca do Selo Solar**. O Manual procura solucionar as dúvidas das aplicações básicas da marca. Todos os exemplos utilizados nas páginas são referências, não devendo ser utilizadas para reprodução.



## 02. CONSTRUÇÃO DA MARCA

Para aplicar a marca em qualquer meio, utilize sempre o **arquivo eletrônico enviado** pela designer. De qualquer forma este é um esquema para visualizar a sua construção feita perfeitamente a partir da grade, com todos os elementos alinhados, e respiros simétricos, que deve ser sempre respeitada e **nunca alterada!**



### 03. ÁREA DE PROTEÇÃO

A área de proteção é uma parte integral da marca, que é mais efetiva quando tem ao seu entorno o máximo de espaço aberto. Este espaço ressalta a marca, conferindo-lhe mais destaque e clareza. A marca do Selo Solar quando aplicada em qualquer situação (promocional ou documentos), deverá ter **respeitada uma área de proteção** correspondente à área da marca, como demonstrado em cinza no esquema acima.



3cm Redução mínima recomendável.



2cm Redução mínima aceitável.

### 04. DIMENSÃO MÍNIMA

Estes são os tamanhos mínimos aceitáveis para reprodução da marca em várias aplicações. A redução excessiva de qualquer marca dificulta a sua leitura e o seu reconhecimento. No entanto, a determinação de limites de redução estará sujeita ao processo empregado, e à qualidade da reprodução obtida. O limite de redução recomendável é de 3 cm de altura. Se realmente houver necessidade de ser menor: 2cm de altura é o mínimo aceitável. A sua **redução além desse limite comprometerá a leitura** da marca.

**AMARELO**

CMYK C:0 • M:20 • Y:100 • K:0  
 RGB R:255 • G:204 • B:0 (#FFCC00)  
 PANTONE 7406C

**BRANCO**

CMYK C:0 • M:0 • Y:0 • K:0  
 RGB R:255 • G:255 • B:255 (#FFFFFF)

**VERDE**

CMYK C:90 • M:40 • Y:65 • K:55  
 RGB R:0 • G:69 • B:69 (#003333)  
 PANTONE 3308C

**05. ESPECIFICAÇÕES CROMÁTICAS**

A fidelidade na reprodução das cores é um item fundamental para garantir a consistência da marca. Cada cor tem uma referência diferente de acordo com o meio de comunicação.

**Para impressões gráficas, se usa a escala CMYK.**

**Para utilizo digital na web ou TV, se usa a escala RGB.**

E **para outros suportes**, se usa como referência a cor especial de padrão internacional da escala **PANTONE Guide**.

**PRETO**

CMYK C:0 • M:0 • Y:0 • K:100  
 RGB R:0 • G:0 • B:0 (#000000)

**BRANCO**

CMYK C:0 • M:0 • Y:0 • K:0  
 RGB R:255 • G:255 • B:255 (#FFFFFF)

**06. USO EM MONOCROMIA**

Quando não for possível a utilização das cores institucionais, **a marca pode ser utilizada em preto e branco**, substituindo-se a área verde por preto e a amarela por branco. Esta versão da marca é prevista para aplicações em documentos oficiais, principalmente que passarão por fax, xerox, etc.

**ABCDEFGHIJKLMNOPQRSTUVWXYZ  
abcdefghijklmnopqrstuvwxyz1234567890**

Fonte: ITC FRANKLIN GOTHIC HEAVY  
Marca: ELETRICIDADE SOLAR  
Documentos / Campanha: Títulos Especiais.

**ABCDEFGHIJKLMNOPQRSTUVWXYZ  
abcdefghijklmnopqrstuvwxyz1234567890**

Fonte: ITC FRANKLIN GOTHIC DEMI  
Marca: AQUI TEM  
Documentos / Campanha: Títulos, Subtítulos e palavras-chave.

**ABCDEFGHIJKLMNOPQRSTUVWXYZ  
abcdefghijklmnopqrstuvwxyz1234567890**

Fonte: ITC FRANKLIN GOTHIC BOOK  
Documentos / Campanha: Textos em geral.

## 07. TIPOGRAFIA

A família tipográfica escolhida para a marca foi a **ITC FRANKLIN GOTHIC**.  
Uma fonte sem serifa, de impacto e com ótima legibilidade em diversas situações e formatos.  
O uso dessa família tipográfica está previsto também para aplicações no restante da Identidade Visual da marca como documentos, campanha publicitária, etc.



Fundos indicados



Fundos não indicados



## 08. ORIENTAÇÕES SOBRE APLICAÇÃO

A marca pode ser utilizada sobre fundos diversos, devendo-se tomar cuidado com a legibilidade e a harmonia das cores.

**Preferencialmente aplicar sobre cores claras e branco**, evitando fundos escuros e com textura.



Alteração dos tons da marca



Alteração das cores da marca



Alteração da distribuição  
das cores



Uso da marca em negativo



Alteração no fundo



Uso da marca em outline



Uso de outra tipografia



Alteração da distribuição e  
tamanho dos elementos



Distorção da marca



Uso "vazado" no fundo  
colorido

## 09. GUIA NOT TO DO

Estes exemplos ilustram usos inaceitáveis da marca.

**A marca não deve ser alterada**, seja nas suas cores, diagramação ou proporções. Acima figuram alguns erros que podem ocorrer. Comparando com a marca original, verifique os usos incorretos e se assegure de que a marca do Selo Solar nunca seja alterada.

## **Anexo 2**

### **Declaração de Anuência com as Diretrizes**



## DECLARAÇÃO DE ANUÊNCIA

Pela presente e na melhor forma de direito, a empresa \_\_\_\_\_, com sede à \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_, Estado de(o) \_\_\_\_\_, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ do Ministério da Fazenda, sob o nº. \_\_\_\_\_, Insc. Estadual \_\_\_\_\_, por seu representante legal, Sr(a) \_\_\_\_\_, CPF \_\_\_\_\_, de conformidade com os poderes que lhes são conferidos e constantes de seu Contrato Social, com a finalidade de obter a autorização para uso do **Selo Solar** junto ao Instituto Ideal, declara que está ciente da obrigação de acatar as disposições contidas nas Diretrizes para obtenção do Selo Solar e suas subsequentes revisões, sob pena de aplicação das sanções previstas nas referidas Diretrizes, independentemente e sem prejuízo das sanções cíveis e penais aplicáveis, caso sejam descumpridas.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do representante

\_\_\_\_\_  
Cargo/função

**Anexar cópia sumarizada do Contrato Social com representante.** Enviar esta Declaração preenchida e assinada para: Instituto Ideal - Rua Lauro Linhares, 2123, Torre A, sala 503 - Trindade – Florianópolis Santa Catarina - Brasil  
CEP 88036-003 - Fone: + 55 48 3234-1757 – info@institutoideal.org

**OBS:** Manter atualizados os dados da Empresa e do responsável junto à Equipe do Instituto Ideal.

## **Anexo 3**

### **Solicitação do Selo Solar**



## SOLICITAÇÃO DE USO DO SELO SOLAR

Empresa:

---

Responsável:

---

Tendo em vista o consumo de energia solar fotovoltaica conforme as regras estabelecidas no documento “Diretrizes de uso do Selo Solar”, solicitamos providenciar a concessão do referido Selo.

---

Assinatura do representante

---

Cargo/função

**Anexar cópia sumarizada do Contrato Social com representante.** Enviar esta Declaração preenchida e assinada para: Instituto Ideal - Rua Lauro Linhares, 2123, Torre A, sala 503 - Trindade – Florianópolis Santa Catarina - Brasil  
CEP 88036-003 - Fone: + 55 48 3234-1757 – [info@institutoideal.org](mailto:info@institutoideal.org)

**OBS:** Manter atualizados os dados da Empresa e do responsável junto à Equipe do Instituto Ideal.